

RSM

Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia

CNPJ: 09.172.825/0001-68

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

RT 298/2026

Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Demonstração da posição financeira 5
Demonstração do resultado e do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstração dos fluxos de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações financeiras 9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Cotistas e Administrador do
Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia
(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM)
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia ("Fundo")**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e de seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Participações regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimento em ações de companhias de capital fechado

Em 31 de dezembro de 2025, o Fundo possuía ações de companhia de capital fechado no valor de R$ 171.263, correspondente a 53,57% de seu patrimônio líquido. Considerando o impacto direto na mensuração das cotas do Fundo e devido à materialidade no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, o investimento em ações de companhias de capital fechado foi considerado como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, mas não foram limitados a:

- Entendimento das políticas e metodologias adotadas pela Administradora do Fundo;
- Avaliação das quantidades de ações detidas pelo Fundo e das respectivas participações nas Companhias Investidas;
- Avaliação da suficiência dos procedimentos de auditoria realizados pelos auditores responsáveis pelas Companhia Investida;
- Avaliação dos cálculos elaborados pela Administração do Fundo para determinação dos montantes de equivalência patrimonial reconhecidos nas demonstrações financeiras do Fundo; e
- Avaliação das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o investimento em ações de companhias de capital fechado, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administradora do Fundo para apuração, mensuração e registro desses investimentos são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administradora do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora do Fundo é responsável, dentro das prerrogativas previstas na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração do Fundo a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração do Fundo, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2026.

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC - RJ – 4080/O-9



Cláudio Silva Foch

Contador - CRC-RJ - 102.455/O-4

Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia
CNPJ nº 09.172.825/0001-68

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM – CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	% sobre o Patrimônio Líquido	2024	% sobre o Patrimônio Líquido
Ativos financeiros de liquidez		**644**	**0,20%**	**3.795**	**1,38%**
Aplicações em operações compromissadas		**644**	**0,20%**	**3.795**	**1,38%**
Letras Financeiras do Tesouro	**4**	644	**0,20%**	-	**0,00%**
Notas do Tesouro Nacional	**4**	-	**0,00%**	3.795	**1,38%**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros		**311.806**	**97,53%**	**270.569**	**98,51%**
Títulos de renda fixa		**140.543**	**43,96%**	**121.488**	**44,23%**
Debêntures	**5a**	140.543	**43,96%**	121.488	**44,23%**
Títulos de renda variável		**171.263**	**53,57%**	**149.081**	**54,28%**
Ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	**5b**	171.263	**53,57%**	149.081	**54,28%**
Valores a receber		**7.281**	**2,28%**	**335**	**0,12%**
Rendas a receber		**7.281**	**2,28%**	**335**	**0,12%**
Dividendos a receber		990	**0,31%**	325	**0,12%**
Valores a receber	**5b**	6.281	**1,96%**	-	**0,00%**
Despesas antecipadas		10	**0,00%**	10	**0,00%**
Total do ativo		**319.732**	**100,01%**	**274.699**	**100,01%**

Passivo	Nota	2025	% sobre o Patrimônio Líquido	2024	% sobre o Patrimônio Líquido
Credores diversos		**40**	**0,01%**	**24**	**0,01%**
Taxa de administração e gestão	**9**	25	**0,01%**	24	**0,01%**
Provisões e contas a pagar		15	**0,00%**	-	**0,00%**
Total do passivo		**40**	**0,01%**	**24**	**0,01%**
Cotas integralizadas		189.111	**59,15%**	189.111	**68,85%**
Amortização		(186.796)	**-58,43%**	(180.514)	**-65,72%**
Lucros acumulados		317.377	**99,28%**	266.078	**96,87%**
Total do patrimônio líquido		**319.692**	**100,00%**	**274.675**	**100,00%**
Total do passivo e patrimônio líquido		**319.732**	**100,01%**	**274.699**	**100,01%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia
CNPJ nº 09.172.825/0001-68

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstração do resultado e do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Resultado com operações compromissadas			
Letras Financeiras do Tesouro		48	154
Letras do Tesouro Nacional		22	445
Notas do Tesouro Nacional		104	254
	4	**175**	**853**
Renda com títulos e valores mobiliários			
Debêntures	**5a**	19.055	488
Dividendos e juros sobre capital próprio	**5b**	-	14.160
		19.055	**14.648**
Lucros ou prejuízos com títulos de renda fixa e valores mobiliários / títulos de renda variável			
Prejuízos / Lucros com a venda de ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	**5b**	12.563	71.537
		12.563	**71.537**
Resultado de equivalência patrimonial			
Ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	**5b**	19.847	57.514
		19.847	**57.514**
Despesas de taxa de administração/gestão			
Taxa de administração e gestão	**9/10**	(270)	(270)
		(270)	**(270)**
Receitas (despesas) operacionais			
Consultoria e auditoria	**10**	(35)	(46)
Taxa de custódia	**10**	(6)	(5)
Taxa de fiscalização – CVM	**10**	(30)	(44)
		(71)	**(95)**
Resultado do exercício		**51.299**	**144.187**
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		**51.299**	**144.187**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia
CNPJ nº 09.172.825/0001-68

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Cotas integralizadas	Amortização de cotas	Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023		**178.521**	**-**	**-**	**121.891**	**300.412**
Cotas de investimentos integralizadas	**8**	10.590	-	-	-	10.590
Amortização de cotas de investimento integralizadas	**8**	-	(180.514)	-	-	(180.514)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	144.187	144.187
Resultados abrangentes de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2024		**189.111**	**(180.514)**	**-**	**266.078**	**274.675**
Cotas de investimentos integralizadas	**8**	-	-	-	-	-
Amortização de cotas de investimento integralizadas	**8**	-	(6.281)	-	-	(6.281)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	51.299	51.299
Resultados abrangentes de equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Total		**189.111**	**(186.796)**	**-**	**317.377**	**319.692**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia
CNPJ nº 09.172.825/0001-68

(Administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM - CNPJ nº 59.281.253/0001-23)
Demonstração do fluxo de caixa (método direto) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Pagamento de taxa de administração e gestão	(269)	(272)
Pagamento de despesas de consultoria e auditoria	(14)	(46)
Pagamento de despesas de consultoria juridica	(6)	-
Pagamento de taxa de custódia	(1)	(1)
Pagamento de taxa de fiscalização da CVM	(30)	(40)
Pagamento de taxa de escrituração	(4)	(4)
Outros recebimentos (pagamentos) operacionais	-	(6)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(324)**	**(369)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações de cotas de fundo de investimento em ações	(5.374)	(10.307)
Resgates de cotas de fundo de investimento em ações	8.655	181.165
Aplicação em debentures	-	(121.000)
Recebimento de excedente de caixa de companhias investidas sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	-	5.307
Recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	11.028
Caixa líquido das atividades de investimento	**3.281**	**66.193**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas integralizadas	-	10.590
Amortização de cotas	(6.281)	(73.658)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(6.281)**	**(63.068)**
Rendimentos com operações compromissadas (caixa e equivalentes de caixa)	**175**	**853**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.151)**	**3.764**
Caixa e equivalentes de caixa - início do exercício	**3.795**	**31**
Caixa e equivalentes de caixa - fim do exercício	**644**	**3.795**
Reconciliação do resultado do exercício com o caixa líquido das atividades operacionais		
Lucros acumulados	**51.299**	**144.187**
Acertos de reconciliação	**(4)**	**(8)**
Rendimentos com operações compromissadas	(175)	(853)
Resultado com debêntures	(19.055)	(488)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(14.160)
Lucros com açõees de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	(12.563)	(122.796)
Ajuste ao valor justo de resultado de ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado	(19.847)	(6.255)
Variações patrimoniais		
Variações de contas passivas relacionadas com despesas	20	4
Caixa líquido das atividades operacionais	**(324)**	**(369)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia ("Fundo"), possui uma classe única de cotas, denominada Classe Única do Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia ("Classe"). A Classe foi constituída em 12 de fevereiro de 2010, sob a forma de condomínio fechado e iniciou suas operações em 26 de fevereiro de 2010. A Classe terá prazo de duração determinado, encerrando-se em 20 (vinte) anos, contados da data da integralização das cotas constitutivas do Patrimônio Líquido inicial mínimo previsto no Regulamento.

O objetivo da Classe é proporcionar aos seus Cotistas a valorização de suas Cotas, nos médio e longo prazos, por meio da aplicação de seu patrimônio líquido em investimentos nos Ativos Alvo de emissão de Sociedades Alvo, renda ou ambos.

A gestão da carteira da Classe é realizada pela BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda. ("Gestor") e a administração pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Administrador").

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da Administradora, Gestora, Custodiante ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

A Classe destina-se especificamente a receber investimentos de titularidade de investidores qualificados, em número máximo de 20 (vinte) investidores, nos termos da regulamentação vigente.

Em atendimento ao artigo 4º da Instrução CVM nº 579/16, a Administradora da Classe concluiu que a Classe está classificada como Não Entidade de Investimento considerando que:

i. A Classe obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado, que possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões nem a indicar os cotistas ou partes a eles ligadas como representantes nas entidades investidas. Quanto à plena discricionariedade, não se caracterizam os casos em que os cotistas deliberem sobre propostas encaminhadas pelo gestor, por meio de comitê de investimento, em relação às decisões inerentes à composição da carteira da Classe

ii. A Classe se compromete com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno por meio da apreciação do capital investido, renda ou ambos;

iii. A Classe substancialmente é mensurada e avaliada quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo; e

iv. A Classe define em seu regulamento estratégias para o desinvestimento, assim como a possibilidade de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido nas estratégias, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos fundos de investimentos em participações que foram definidas pelo Anexo Normativo IV da Resolução n° 175, de 23 de dezembro de 2022 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ICVM n° 579/16.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos integrantes da carteira da Classe. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A moeda funcional da Classe é o Real, a mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras.

Aprovação das demonstrações financeiras

Em 28 de maio de 2026, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administradora da Classe.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

b) Fluxo de caixa

No exercício findo em 31 de dezembro 2024, a Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto. Entretanto, no exercício findo em 31 de dezembro 2025, a Classe passou a adotar o método direto para apresentação dos fluxos de caixa. Para efeitos comparativos, os valores referentes ao exercício de 2024 foram reclassificados e apresentados também pelo método direto.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, além de serem mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Classe.

d) Operações compromissadas

As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração.

e) Ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado

As ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado, sem cotação em bolsa ou valores ou mercado de balcão organizado são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nos termos da Instrução CVM nº 579/16. Os ganhos ou perdas decorrentes de aplicação periódica do ajuste por equivalência patrimonial, são reconhecidos na Demonstração do Resultado do exercício.

f) Renda variável

Debêntures conversíveis

Os investimentos do Fundo em debêntures são mensurados a valor justo, conforme requerido pela regulamentação aplicável aos Fundos de Investimento em Participações e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis vigentes.

Considerando a ausência de mercado ativo para tais instrumentos e a natureza privada e ilíquida das operações, o valor justo é determinado por meio de metodologia de marcação a modelo (*mark-to-model*), baseada na atualização do valor econômico do instrumento ao longo de sua vigência.

g) Julgamentos e estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que sejam utilizados premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, como avaliação dos investimentos. A liquidação dessas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

h) Obrigações

As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas.

4. Aplicações financeiras de liquidez

Operações compromissadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Classe possuía aplicações em operações compromissadas, conforme abaixo:

Tipo Ativo	31/12/2025	31/12/2024
Letras Financeiras do Tesouro	644	-
Notas do Tesouro Nacional	-	3.795
Total	**644**	**3.795**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi apurado um resultado de R$ 175 com operações compromissadas (2024 – R$ 853), indicado na demonstração do resultado e do resultado abrangente na linha "Resultado com operações compromissadas".

5. Títulos e valores mobiliários

a. Debêntures de companhias sem cotação em bolsa de valores ou mercado organizado

Os investimentos em debêntures de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado estão representados da seguinte forma:

Movimentação na quantidade de debêntures

	31/12/2024	Aquisições	Venda / Liquidação antecipada	Conversão de debêntures	31/12/2025
Companhia					
GN Securitizadora S.A.	121	-	-	-	121
Total	**121**	**-**	**-**	**-**	**121**

	31/12/2023	Aquisições	Venda / Liquidação antecipada	Conversão de debêntures	31/12/2024
Companhia					
GN Securitizadora S.A.	-	121	-	-	121
Total	**-**	**121**	**-**	**-**	**121**

Movimentação no valor contábil de debêntures

	31/12/2024	Aquisições	Venda / Liquidação antecipada	Conversão de debêntures	Apropriação de juros remuneratórios	31/12/2025
Companhia						
GN Securitizadora S.A.	121.488	-	-	-	19.055	140.543
Total	**121.488**	**-**	**-**	**-**	**19.055**	**140.543**

	31/12/2023	Aquisições	Venda / Liquidação antecipada	Conversão de debêntures	Apropriação de juros remuneratórios	31/12/2024
Companhia						
GN Securitizadora S.A.	-	121.000	-	-	488	121.488
Total	**-**	**121.000**	**-**	**-**	**488**	**121.488**

Seguem informações sobre as debêntures de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado que compõem a carteira de investimentos:

GN Securitizadora S.A.

GN Securitizadora S.A. ("GN Securitizadora") é uma sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 58.448.899/0001-90. Tem por objeto social a securitização de créditos originados por pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimento ou outras pessoas, de quaisquer segmentos e atividades, empresariais ou não, a emissão e colocação privada de títulos de crédito ou valores mobiliários compatíveis com suas atividades, bem como a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos.

Em 18 de dezembro de 2024, por meio do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, da Espécie Sem Garantia, em série única, da GN Securitizadora S.A., o Fundo subscreveu e integralizou, em colocação privada, a totalidade da emissão de 121.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1, totalizando R$ 121.000.

As debêntures possuem prazo de vencimento de 10 anos, com vencimento em 17 de dezembro de 2034, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, resgate antecipado facultativo ou conversão. As debêntures são, a qualquer tempo, conversíveis em ações ordinárias de emissão da GN Securitizadora S.A., à razão de 1.000 ações por debênture convertida, e são da espécie sem garantia, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), acrescida de sobretaxa de 1,20% ao ano, base 252 dias úteis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo apropriou R$ 488 de juros remuneratórios sobre as debêntures, totalizando saldo contábil de R$ 121.488 em 31 de dezembro de 2024.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve aquisições, vendas, liquidação antecipada ou conversão de debêntures de emissão da GN Securitizadora S.A. No mesmo período, o Fundo apropriou R$ 19.055 de juros remuneratórios, elevando o valor contábil do investimento para R$ 140.543 em 31 de dezembro de 2025.

O efeito financeiro da operação pode ser observado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, na qual consta, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aplicação em debêntures no montante de R$ 121.000.

Mensuração ao valor justo

Os investimentos do Fundo em debêntures são mensurados a valor justo, conforme requerido pela regulamentação aplicável aos Fundos de Investimento em Participações e em conformidade com as normas contábeis aplicáveis vigentes.

Considerando a ausência de mercado ativo para tais instrumentos e a natureza privada e ilíquida das operações, o valor justo é determinado por meio de metodologia de marcação a modelo (*mark-to-model*), baseada na atualização do valor econômico do instrumento ao longo de sua vigência.
A metodologia considera, conforme aplicável:

(i) o valor principal originalmente investido;
(ii) a remuneração contratual pactuada, incluindo indexadores, juros e spreads aplicáveis;
(iii) a apropriação de descontos ou prêmios econômicos existentes na originação da operação; e
(iv) os recebimentos de principal, juros e amortizações ocorridos até a data de mensuração.

A adequação da metodologia e das premissas utilizadas é reavaliada periodicamente, incluindo a análise de alterações relevantes no risco de crédito do emissor, nas condições de mercado, na liquidez do instrumento e em demais fatores que possam impactar a taxa de retorno requerida por participantes de mercado, sendo efetuados ajustes na mensuração quando aplicável.

b. Ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado

Os investimentos em títulos e valores mobiliários estão representados da seguinte forma:

Movimentação na quantidade de ações

	31/12/2024	% de Participação	Compra de ações / eventos societários	Venda de ações / eventos societários	31/12/2025	% de Participação
Companhia						
Companhia Sulamericana de Distribuição S.A.	67.038.197	12,50%	-	-	67.038.197	12,50%
Florença Adm. de Bens e Part. Sociais S.A.	5.598.398	99,99%	843.567	-	6.441.965	99,99%
Stock Atacadista S.A.	44.040.882	50,00%	-	-	44.040.882	50,00%

	31/12/2023	% de Participação	Compra de ações / eventos societários	Venda de ações / eventos societários	31/12/2024	% de Participação
Companhia						
Companhia Sulamericana de Distribuição S.A.	177.058.656	12,50%	-	(110.020.459)	67.038.197	12,50%
Florença Adm. de Bens e Part. Sociais S.A.	4.656.616	99,99%	941.782	-	5.598.398	99,99%
Incomar empreendimentos Imobiliários Ltda	6.147.864	34,98%	-	(6.147.864)	-	0,00%
Portugal & Itália Empreendimentos S.A.	100.651.576	50,00%	8.306.562	(108.958.138)	-	0,00%
Stock Atacadista S.A.	-	0,00%	44.040.882	-	44.040.882	50,00%

Movimentação no valor contábil das ações

	31/12/2024	Compra de ações / eventos societários	Venda de ações / eventos societários	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Companhia					
Companhia Sulamericana de Distribuição S.A.	75.745	-	(3.039)	13.749	86.455
Florença Adm. de Bens e Part. Sociais S.A.	29.679	5.374	-	7.001	42.054
Stock Atacadista S.A.	43.657	-	-	(903)	42.754
Total	**149.081**	**5.374**	**(3.039)**	**19.847**	**171.263**

	31/12/2023	Compra de ações / eventos societários	Venda de ações / eventos societários	Equivalência patrimonial	31/12/2024
Companhia					
Companhia Sulamericana de Distribuição S.A.	167.263	-	(156.170)	64.652	75.745
Florença Adm. de Bens e Part. Sociais S.A.	27.823	6.000	-	(4.144)	29.679
Incomar empreendimentos Imobiliários Ltda	6.169	-	(6.169)	-	-
Portugal & Itália Empreendimentos S.A.	109.381	4.307	(111.083)	(2.605)	-
Stock Atacadista S.A.	-	44.046	-	(389)	43.657
Total	**310.636**	**54.353**	**(273.422)**	**57.514**	**149.081**

Seguem as informações sobre a companhia sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado:

Companhia Sulamericana de Distribuição S.A.

A Companhia Sulamericana de Distribuição ("CSD"), inscrita no CNPJ sob o nº 11.517.841/0001-97, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede em Maringá, Paraná, cuja atividade preponderante consiste na comercialização varejista de produtos alimentícios, artigos de bazar, eletroeletrônicos e outros produtos, por meio do formato de supermercados. Em 31 de dezembro de 2025, a CSD operava 80 filiais distribuídas entre 73 supermercados, 4 centros de distribuição, 1 indústria de panificação e 1 centro de manutenção, com presença nos estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Em 06 de maio de 2022, o Fundo recebeu o montante de R$ 7.703, a título de juros sobre capital próprio da Companhia Sulamericana de Distribuição. Na mesma data, o Fundo integralizou capital na Companhia Sulamericana de Distribuição, no valor total de R$ 7.703.

Em 30 de maio de 2022, o Fundo adquiriu 53.154.265 ações da Companhia Sulamericana de Distribuição, pelo montante total de R$ 51.985.

Em 31 de dezembro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada e aprovada a execução da cisão parcial da CSD e a constituição de nova companhia de capital fechado, a Portugal & Itália Empreendimentos S.A. Em razão da cisão parcial, houve a redução do capital social da Companhia, que passou de R$ 379.546, dividido em 354.117.312 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 195.695, dividido em 354.117.312 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo recebeu o montante de R$ 18.226, a título de juros sobre capital próprio da Companhia Sulamericana de Distribuição.

Em Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de julho de 2024, foi deliberado e aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 3.538 atribuídos ao FIP DVA Multiestratégia. Em 31 de julho de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada e aprovada a execução da cisão parcial da CSD e a versão da parcela cindida à Stock Atacadista S.A. Em razão da cisão parcial, houve a redução do capital social da Companhia, que passou de R$ 195.695, dividido em 354.117.312 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 107.624, dividido em 354.117.312 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 02 de dezembro de 2024, foi celebrado Acordo de Acionistas entre Casa Avenida Comércio e Importação S.A., Fundo de Investimentos em Participações DVA Multiestratégia, Fundo de Investimentos em Participações MMC Multiestratégia e Companhia Sulamericana de Distribuição, com a SMR Participações e Investimentos S.A. como interveniente anuente. O acordo estabeleceu os principais direitos e obrigações dos acionistas em relação à administração da Companhia e às regras de transferência das ações. Em decorrência das deliberações e transações contempladas no referido acordo, houve alienação de participação pelo Fundo, com impacto na quantidade de ações detidas na investida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo recebeu o montante de R$ 16.335, a título de juros sobre capital próprio da Companhia Sulamericana de Distribuição.

No exercício de 2025, o Fundo reconheceu ganho no montante de R$ 12.563, decorrente do ajuste de preço previsto em aditamento ao Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações celebrado em 10 de maio de 2024, relacionado à alienação de participação na CSD. O ajuste foi definido entre as partes em outubro de 2025 e formalizado em novembro de 2025, sendo o valor pactuado em duas parcelas iguais, com recebimento parcial de R$ 6.281 ocorrido em 28 de novembro de 2025 e o saldo registrado como direito a receber, com vencimento em 31 de março de 2026, atualizado pela variação da taxa SELIC.

No exercício de 2025, a CSD manteve o foco estratégico em suas operações de varejo. Em 26 de junho de 2025, foi aprovada alteração do objeto social da Companhia para incluir as atividades de geração de energia elétrica e comércio atacadista de energia elétrica, com a correspondente consolidação do estatuto social. Nessa mesma data, o capital social da CSD permanecia totalmente subscrito e integralizado em R$ 407.627, dividido em 536.305.580 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme disposto no estatuto social vigente. Os livros societários também evidenciam a regularidade registral das ações ordinárias nominativas e das transferências de ações da CSD.

As demonstrações financeiras da CSD relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 27 de fevereiro de 2026, sem modificações.

Florença Adm. de Bens e Part. Sociais S.A.

A Florença Administradora de Bens e Participações Sociais S.A. ("Florença"), inscrita no CNPJ sob o nº 10.750.799/0001-97, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná, e tem por objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários, administração, compra e venda de imóveis próprios e a participação, como sócia ou acionista, em quaisquer outras sociedades, industriais, empresariais ou não, no Brasil ou no exterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Fundo adquiriu 863.300 ações da Florença, pelo montante total de R$ 5.500.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Fundo adquiriu 941.782 ações da Florença, pelo montante total de R$ 6.000.

No exercício de 2025, foram aprovados aumentos de capital no montante total de R$ 5.374, mediante a emissão de 843.567 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme deliberações formalizadas na 18ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de janeiro de 2025, e na 19ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2025. Em decorrência desses eventos, o capital social da Florença passou a ser de R$ 41.041, dividido em 6.441.965 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As demonstrações financeiras da Florença relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 15 de maio de 2026, sem modificações.

Stock Atacadista S.A.

A Stock Atacadista S.A. ("Stock") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Araçatuba, Estado de São Paulo, na Avenida dos Araçás, nº 2201, Sala 01, 2º Andar, Centro, CEP 16.010-285, inscrita no CNPJ sob o nº 55.407.478/0001-22. Seu objeto social compreende a comercialização, na modalidade de "atacarejo", ou seja, varejo e atacado, de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios em geral, bebidas, cestas de produtos alimentares, produtos de higiene pessoal, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar, máquinas e equipamentos (peças) – supermercados, podendo ainda praticar, entre outras atividades, serviço de restaurante, serviços de carga e descarga de mercadorias, serviços combinados de escritório e apoio administrativo, serviço de intermediação de correspondente bancário, intermediação de serviços e negócios em geral, serviço de estacionamento de veículos e transporte rodoviário de cargas em geral. Em 31 de dezembro de 2025, a Stock possuía 8 filiais operacionais.

Em Assembleia Geral de Constituição da Companhia de Capital Fechado Stock Atacadista S.A., realizada em 23 de maio de 2024, foi aprovada a constituição da companhia. A formação do capital social foi de R$ 10, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma: 5.000 ações ordinárias para o Fundo de Investimento em Participações MMC Multiestratégia e 5.000 ações ordinárias para o Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia.
Em 31 de julho de 2024, em decorrência da cisão parcial da Companhia Sulamericana de Distribuição S.A. e da versão da parcela cindida para a Stock, foram atribuídas ao Fundo 44.040.882 ações, quantidade que permaneceu inalterada até 31 de dezembro de 2025.

Na mesma data, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2024, foi aprovada a absorção da parcela cindida do patrimônio líquido da Companhia Sulamericana de Distribuição S.A., cujo valor contábil foi equivalente a R$ 88.072. Em decorrência dessa operação, foi deliberada a emissão de 88.081.764 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo distribuídas entre os acionistas na proporção de 44.040.882 ações para o Fundo de Investimento em Participações MMC Multiestratégia e 44.040.882 ações para o Fundo de Investimento em Participações DVA Multiestratégia. A operação representou a principal formação patrimonial inicial das atividades da Stock.

Em 2025, houve atualização estatutária relevante por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de maio de 2025, que aprovou a constituição da Filial 11, na cidade de Maringá, Estado do Paraná, destinada à comercialização, na modalidade de “atacado”, de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, bebidas, cestas de produtos alimentares, produtos de higiene pessoal, produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar e máquinas e equipamentos, bem como aprovou alteração do objeto social da Filial 04 para inclusão da atividade de padaria e confeitaria. Na mesma alteração estatutária, permaneceu consignado que o prazo de duração da Stock é indeterminado e que o capital social é de R$ 88.082, dividido em 88.081.764 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

As demonstrações financeiras da Stock relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas por auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria em 30 de abril de 2026, sem modificações.

Método de Equivalência Patrimonial (“MEP”)

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Administração do Fundo avaliou e classificou o Fundo como “Não Entidade de Investimento”, sendo utilizado na avaliação dos investimentos o Método de Equivalência Patrimonial (“MEP”). Pelo MEP, o investimento em coligada, empreendimento controlado em conjunto e em controlada é inicialmente reconhecido pelo custo e seu valor contábil é ajustado pelo reconhecimento da participação do investidor nos lucros ou prejuízos do período da investida, com reflexo no resultado do período do investidor.

A data-base considerada para a avaliação foi 26 de dezembro de 2025, sendo registrado no exercício o resultado de R$ 19.847 (2024 – R$ 57.514), apresentado na Demonstração do Resultado e do Resultado Abrangente na rubrica “Atualização por Método de Equivalência Patrimonial (MEP)”.

6. Riscos

Conforme o Regulamento, a carteira da Classe está sujeita às flutuações de preços e/ou cotações do mercado, conforme o caso, aos riscos de crédito e liquidez e às variações de preços e cotações inerentes aos seus Ativos Financeiros, o que pode acarretar perda patrimonial à Classe e aos Cotistas. A carteira e, por consequência, seu patrimônio, estão submetidos a diversos riscos, incluindo, mas não se limitando, aos riscos descritos a seguir. Antes de adquirir Cotas, o investidor deve ler cuidadosamente os fatores de risco aplicáveis à Classe. Os métodos utilizados para o gerenciamento dos riscos a que a Classe se encontra sujeita não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pela Classe.

Risco de mercado

A Classe, por ser constituída sob a forma de condomínio fechado, apresenta risco de mercado secundário, uma vez que o resgate das Cotas somente poderá ocorrer ao término de seu prazo de duração, de forma que eventual alienação antes desse prazo dependerá de mercado secundário que, no Brasil, pode apresentar baixa liquidez, ocasionando dificuldades de venda e/ou obtenção de preço inferior ao esperado. Além disso, variáveis macroeconômicas relevantes, no Brasil ou no exterior, inclusive alterações em taxas de juros, desvalorização da moeda, mudanças legislativas e eventos políticos, econômicos ou financeiros, podem afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira, a capacidade de alienação dos Ativos Alvo e os resultados da Classe. A eventual exposição a ativos negociados no exterior também poderá sujeitar a Classe a riscos decorrentes de requisitos regulatórios, tributários, variação cambial e instabilidades políticas, econômicas ou sociais em outras jurisdições.

Riscos relacionados à Classe

A carteira da Classe poderá estar concentrada em Ativos Alvo de emissão de uma única Sociedade Alvo, tornando os riscos diretamente relacionados à solvência da investida. A Classe poderá, inclusive, investir até 100% de seus recursos em uma única Sociedade Alvo. As eventuais perdas patrimoniais da Classe não estão limitadas ao valor do capital comprometido pelos Cotistas, podendo haver necessidade de aportes adicionais em caso de patrimônio líquido negativo. Adicionalmente, eventual emissão de novas cotas poderá alterar a proporção da participação dos Cotistas e, consequentemente, a relação de poderes em assembleias. Não há garantia de rentabilidade mínima, nem de retorno efetivo do investimento, sendo certo que resultados passados não representam indicativo de resultados futuros. Ainda, eventual utilização de instrumentos derivativos, quando permitida para fins de proteção patrimonial, pode não produzir os efeitos desejados e provocar perdas patrimoniais. Os ativos financeiros da Classe também estão sujeitos a risco de crédito e a outros riscos exógenos, como moratória, inadimplemento, alterações regulatórias, aplicações ou resgates relevantes e mudanças na política monetária.

Riscos relacionados às Sociedades Alvo

Os investimentos da Classe são considerados de longo prazo e o retorno poderá não ser condizente com o esperado pelos Cotistas. Não há garantias de bom desempenho, solvência, continuidade das atividades, liquidez ou valor esperado de alienação dos Ativos Alvo das Sociedades Alvo. Os pagamentos de dividendos, juros e outras remunerações poderão ser frustrados em razão de insolvência, falência, mau desempenho operacional ou outros fatores relacionados às investidas. A participação da Classe no processo de tomada de decisões estratégicas das Sociedades Alvo poderá sujeitá-la a reivindicações e responsabilidades por passivos das investidas, inclusive em hipóteses de falência, desconsideração da personalidade jurídica ou reclamações de terceiros. A Classe também poderá sofrer diluição em caso de aumentos de capital das investidas, caso não exerça o respectivo direito de preferência, bem como depender de aprovações regulatórias para determinados investimentos. Adicionalmente, as Sociedades Alvo estão sujeitas à legislação anticorrupção brasileira, cuja aplicação pode resultar em investigações, sanções e impactos financeiros relevantes.

Risco de liquidez

As aplicações da Classe em Ativos Alvo podem não dispor de mercado secundário com liquidez suficiente, de modo que, em eventual necessidade de venda, poderá não haver comprador ou o preço de negociação poderá ser substancialmente reduzido. A capacidade de amortização das Cotas está condicionada ao recebimento, pela Classe, de recursos oriundos de dividendos, rendimentos, remunerações e alienação de ativos. Determinados ativos podem estar sujeitos a restrições de negociação impostas por bolsas, mercados organizados, órgãos reguladores ou contratos aplicáveis, prejudicando sua movimentação e precificação. Adicionalmente, as Cotas da Classe podem apresentar baixa liquidez no mercado secundário, e não há qualquer garantia de venda, de preço ou de saída ao Cotista antes do prazo de duração ou da liquidação da Classe.

Riscos decorrentes dos segmentos de atuação das Sociedades Alvo

A Classe está sujeita aos riscos característicos e individuais dos distintos segmentos de atuação das Sociedades Alvo, os quais podem influenciar negativamente o valor das Cotas. Entre eles, destacam-se os riscos ambientais, incluindo proibições, atrasos e interrupções de projetos, não atendimento a exigências legais, multas, embargos, suspensão de atividades, restrições de contratação com o Poder Público, exigências ambientais adicionais, falhas em estudos e planos de execução, bem como obrigações de reparação e indenização por danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Tais eventos ou medidas podem causar prejuízos relevantes à Classe.

7. Instrumentos financeiras derivativos

Conforme o Regulamento, é vedada à Classe a realização de quaisquer operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e período findo em 31 de dezembro de 2024, A Classe não possuía operações de instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía tais ativos na data base.

8. Fundos de cotas, emissão e amortização

Emissão

Nos termos do Regulamento da Classe, eventuais novas emissões de cotas somente podem ocorrer mediante aprovação da Assembleia Especial de Cotistas, sem limitação de valor. O valor de cada emissão, o volume, o valor unitário da cota e o regime de distribuição devem observar o instrumento que aprovar a respectiva emissão.
Adicionalmente, o Regulamento estabelece que não há capital autorizado para a Classe e que os Cotistas não possuem direito de preferência para subscrição de cotas em novas emissões, salvo se de outra forma deliberado pela Assembleia de Cotistas e/ou pelo ato do Administrador que aprovar a emissão em questão.

O preço de emissão das cotas objeto de nova emissão deve ser fixado com base no valor da cota do primeiro dia útil subsequente ao da efetiva disponibilidade de recursos pelos cotistas em favor da Classe. A integralização das cotas é realizada, preferencialmente, em moeda corrente nacional, admitindo-se, ainda, a integralização por meio da utilização de bens e direitos, inclusive Ativos Alvo, na forma prevista no Regulamento.

Durante o exercício/período findo em 31 de dezembro de 2025 não foram integralizadas cotas na Classe (31 de dezembro de 2024 – 5.192,637582 cotas, no montante total de R$ 10.590).

Amortização

Nos termos do Regulamento da Classe, os recursos provenientes da alienação dos Ativos Alvo, deduzidos os compromissos presentes e futuros da Classe, assim como quaisquer valores recebidos pela Classe, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos, serão reinvestidos nos termos do Regulamento, salvo se deliberada a sua distribuição, a título de amortização de cotas, pela assembleia geral de cotistas.

O Regulamento estabelece, ainda, que a amortização abrangerá todas as cotas da Classe, mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de cotas existentes. Adicionalmente, as quantias atribuídas à Classe a título de dividendos, declarados em favor das ações de sua propriedade e distribuídos pelas companhias integrantes da carteira, serão distribuídas diretamente aos cotistas, exceto se deliberado de forma diversa pelos cotistas, reunidos em assembleia geral de cotistas.

Os pagamentos de amortizações das cotas serão realizados prioritariamente em moeda corrente nacional, podendo ser realizados em bens e direitos, inclusive valores mobiliários, quando houver deliberação da Assembleia Especial de Cotistas nesse sentido. Ao final do prazo de duração ou na liquidação antecipada da Classe, todas as cotas deverão ter seu valor integralmente amortizado, observado o disposto no Regulamento.

Durante o exercício/período findo em 31 de dezembro de 2025 foram amortizadas Cotas no montante total de R$ 6.281 (31 de dezembro de 2024 – R$ 180.514).

Resgates

Nos termos do Regulamento da Classe, não haverá resgate de cotas a qualquer tempo, senão na data de liquidação da Classe e segundo os procedimentos previstos no Regulamento.

Durante o exercício/período findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve resgates de cotas na Classe.

9. Remuneração da Administração e Gestão

Taxa de Administração e Gestão

Nos termos do Regulamento da Classe, a Taxa de Administração corresponde a 0,0095% ao ano, apropriada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês a que se refere, incidente sobre o patrimônio líquido da Classe, rateada entre os prestadores de serviços da Classe, observado o piso mensal de R$ 1 (mil reais). Adicionalmente, a Taxa de Gestão corresponde a 0,0855% ao ano, apropriada diariamente e paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao mês a que se refere, incidente sobre o patrimônio líquido da Classe, rateada entre os prestadores de serviços da Classe, observado o piso mensal de R$ 7 (sete mil reais).

A Taxa de Administração e a Taxa de Gestão são calculadas e provisionadas diariamente, à razão de 1/252 sobre o valor do patrimônio líquido do dia útil anterior, e pagas mensalmente, por período vencido, até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, a partir do mês em que ocorrer a primeira integralização de cotas, sendo devidas, respectivamente, ao Administrador e ao Gestor.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi registrada, na demonstração do resultado, despesa no montante de R$ 270 e R$ 270, respectivamente, a título de taxa de administração e gestão. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo a pagar registrado na demonstração da posição financeira era de R$ 25 e R$ 24, respectivamente.

Taxa de Performance, Ingresso e Saída

Nos termos do Regulamento da Classe, não será cobrada da Classe taxa de performance. Adicionalmente, não serão cobradas taxas de ingresso da Classe ou dos Cotistas, e a cobrança da Classe ou dos Cotistas de taxas de saída é vedada.

10. Encargos

As despesas debitadas do Fundo em relação ao patrimônio líquido médio estão demonstradas como segue:

	2025		2024	
Encargos	**R$ Mil**	**%**	**R$ Mil**	**%**
Despesa de taxa de administração e gestão	270	0,09%	270	0,10%
Despesas de taxa de fiscalização - CVM	30	0,01%	44	0,02%
Despesas de taxa de custódia	6	0,00%	5	0,00%
Despesas de consultoria e auditoria	35	0,01%	46	0,02%
Total	**341**	**0,11%**	**365**	**0,14%**
PL médio do exercício	284.614		283.283	

11. Rentabilidade

A rentabilidade proporcionada pelo Fundo e o valor nominal da cota no encerramento do exercício/período está demonstrada como segue:

	Evolução do valor da cota e da rentabilidade	
Exercício	**Valor da cota - R$ (*)**	**Rentabilidade - % (*)**
2025	2.111,4311	18,68%
2024	2.948,4069	46,43%

(*) Valor da cota e rentabilidade calculados com base no último dia útil do mês, líquidos dos efeitos de amortizações.
(**) Data de início das atividades

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

12. Tributação

Conforme disposto nos artigos 24 da Lei Nº 14.754, de 12 de dezembro de 2023 (“Lei Nº 14.754/2023”) e 2º da Lei Nº 11.312, de 27 de junho de 2006, como regra, os cotistas de Fundo de Investimento em Participações estão sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda, incidentes sobre a diferença positiva entre o valor resgatado, amortizado ou alienado de cotas e o respectivo custo de aquisição das cotas.

Por sua vez, o artigo 26 da Lei Nº 14.754/2023 determina a tributação periódica, no último dia útil dos meses de maio e novembro ("Tributação Periódica"), de cotistas de FIP que não seja classificado como "entidade de investimento" nos termos da regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), resguardando o ganho ou a perda da avaliação dos ativos que estejam evidenciados em subconta nas demonstrações contábeis do fundo.

A Administração, com base nas definições trazidas pela nova regulamentação, especialmente a Resolução CMN n° 5.111, de 21 de dezembro de 2023, analisou e classificou o Fundo como "Entidade de Investimento", motivo pelo qual não há Tributação Periódica.

13. Custódia dos ativos integrantes da carteira

As ações de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado são registradas nas respectivas companhias investidas.

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos estão registrados e custodiados, em conta própria do Fundo, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

As debêntures de companhias sem negociação em bolsa de valores ou mercado organizado são registradas nas respectivas companhias.

14. Serviços de gestão, custódia, tesouraria e outros serviços contratados

A Administradora contratou para prestar serviços de tesouraria, custódia, controle de ativos e passivos as seguintes instituições:

Descrição	Prestador do Serviço
Gestão da carteira	BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.
Custódia e tesouraria	Banco BTG Pactual S.A.
Controladoria e escrituração	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM

15. Informações adicionais

a) Instrução CVM nº 162 de 13 de julho de 2022

Em atendimento a Instrução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a Administradora informa que O Fundo, no período findo em 31 de dezembro de 2024, contratou a RSM ACAL Auditores Independentes S/S. somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras, não tendo, a referida empresa, prestado qualquer outro tipo de serviço o Fundo.

É adotada como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender as regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência, inclusive com os princípios internacionais, os quais incluem, dentre outros, os seguintes: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que os mesmos não afetem as regras de independência estabelecidas.

b) Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração da Classe.

c) Política de divulgação das informações

As informações obrigatórias, relativas a Classe, estão disponíveis na sede da Administradora assim como junto à CVM.

d) Partes relacionadas

A Classe não possuí transações com partes relacionadas no período, exceto divulgado nas notas explicativas nº 4, 9 e 14.

e) Eventos subsequentes

Em 30 de março de 2026, o Fundo recebeu o montante de R$ 6.670, por meio de transferência realizada por Casa Avenida Comércio e Importação S.A., referente ao recebimento de parcela do ajuste de preço decorrente do contrato de compra e venda de participação societária na Companhia Sulamericana de Distribuição.

Em 1º de abril de 2026, foi realizada amortização a cotistas pessoa física no montante bruto de R$ 6.880, com retenção de imposto de renda de R$ 427, resultando em saída líquida de R$ 6.453, distribuída entre cotistas em 6 de abril de 2026.

* * *

Gustavo Cotta Piersanti	Larissa Santos da Silva
Diretor	Contadora
CPF: 016.697.087-56	CRC: 1SP-347101/O-1